

Discurso e prática na saúde

10 NOV 1993

PEDRO LUIZ TAUIL JORNAL DE BRASÍLIA

Entre as justificativas para o processo de privatização em marcha no Brasil, e em tantos outros países, está aquela que diz que a diminuição do tamanho do Estado permitiria que este se concentrasse em setores para os quais estaria vocacionado. Estes seriam, entre outros, os da saúde e da educação.

De fato, no que fiz respeito à saúde, este é um setor onde as leis de mercado não parecem ser adequadas. Em geral, quem mais precisa de atendimento médico é quem tem menor poder de compra. Sendo o nível de saúde de uma população determinado pelo grau de satisfação de suas necessidades básicas, principalmente nas áreas de alimentação, moradia, trabalho, lazer, transporte e educação, é fácil compreender por que o risco de adoecer é maior entre as classes sociais de menor capacidade aquisitiva. Por outro lado, o tipo de prestação de serviço na área de saúde não permite pesquisa de preço como se faz na compra de um bem, como um sabonete, ou na contratação de um serviço, como o conserto de um carro. Seria até estranho alguém sair procurando, por exemplo, um cirurgião que faça uma operação da vesícula 10% mais barata do que um outro. As relações médico-paciente transcendem as relações de mercado.

Por estas e outras razões é que as ações de saúde são de relevância públi-

ca em termos constitucionais.

Porém, apesar de leis e manifestações oficiais, a realidade está mostrando uma sensível retração do setor público e um crescente avanço do setor privado. As dotações orçamentárias do Ministério da Saúde têm decrescido anualmente nos últimos três anos, passando de US\$ 12 bilhões em 1990, para cerca de US\$ 8 bilhões em 1993. Os hospitais públicos passam por situações vexatórias, pela falta de condições de atendimento e são freqüentemente notícia de jornal. Enquanto isto, crescem no País as diferentes modalidades de empresa médica privada, incluindo já mais de 32 milhões de pessoas em seus planos de saúde. Planos que são muitas vezes ilusão, pois são inúmeros os problemas que apresentam, desde inclusão de tempo de carência, até restrições de cobertura de uma série de doenças, passando por aumentos mensais das contribuições sem nenhum controle do contratado.

O que se diz e se proclama não é o que se faz. A precariedade do atendimento em serviços públicos de saúde tem levado os que possuem condições econômicas ou força política a buscar soluções em diferentes modalidades de planos de saúde privados. Trabalhadores de empresas privadas reivindicam estes planos nas suas pautas de negociação. Servidores públicos têm soluções

próprias à margem do sistema de saúde oficial.

Lutar por soluções corporativistas neste momento na área de prestação de serviços de saúde não parece a melhor solução a médio e longo prazos. São muitos os problemas que os planos privados apresentam e continuarão a apresentar, simplesmente porque se organizam na lógica de mercado numa área onde esta lógica não tem condições de funcionar. Não se pode fazer dos atos de saúde uma mercadoria, sob pena de assim procedendo criar uma situação de extrema iniquidade: poucos desfrutando dos mais avançados procedimentos diagnósticos e terapêuticos e a imensa maioria desprovida dos mais simples atos médicos.

Podem parecer estranho, mas o que se tem a fazer no setor saúde é simplesmente cumprir a Constituição e as leis que dela decorram. Implantar um sistema de saúde público, universal, equânime, com capacidade de resolução dos problemas, com recursos financeiros adequados, minimamente equipado e com pessoal razoavelmente remunerado, bem treinado e motivado, é o grande desafio. É preciso que o discurso chegue à prática.

■ **Pedro Luiz Tauil** é assessor legislativo do Senado Federal